



ANAIS DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

AVULSO

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 06 DE MAIO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Elio Rusch
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Ademar Traiano
Partido Democratas	Plauto Miró
PT	Péricles de Mello
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN	Dr. Batista
Bloco PSB/PRB/PV	Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR	Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

Proposta de Emenda à Constituição:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Com fulcro no disposto no artigo 64 da Constituição Estadual, faz-se a presente proposição:

Art. 1º O artigo 66 da Constituição do Estado, inciso IV passa a contar com a seguinte redação:

Art. 66. (...)

IV - criação e extinção das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06/05/09.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Douglas Fabrício, Valdir Rossoni, Chico Noroeste, Fernando Scanavaca, Duílio Genari, Mauro Moraes, Teruo Kato, Augustinho Zucchi, Antonio Belinati, Marcelo Rangel, Cida Borghetti, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Felipe Lucas, Jocelito Canto, Elio Rusch, Dobrandino da Silva, Luiz Nishimori e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de Emenda Constitucional se faz pertinente tendo em vista o princípio da simetria constitucional.

Por princípio da simetria entende-se a necessidade de obediência das constituições estaduais e das leis orgânicas do Distrito Federal e Municípios aos ditames elencados e formadores do Estado, previstos na Constituição Federal.

Ocorre que a redação do inciso IV supra, passou a ter redação alterada no seu texto inspiratório, que é a CF/88, após a Emenda Constitucional de nº 032/01.

Assim dispõe o texto Constitucional Federal após referida emenda:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao

Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da Administração Pública, observado o disposto no artigo 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 032, de 2001).

Portanto, com base no princípio da simetria, é salutar e necessária a alteração de texto constitucional estadual, no sentido de se suprimir a expressão “estruturação e atribuição”, do artigo acima mencionado.

Ainda, pertinente é o acréscimo da expressão extinção, conforme previsto na Constituição Federal.

Nesse sentido, é o entendimento dos Tribunais Pátrios:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA. LIMITES SOBRE O NÚMERO DE SECRETARIAS DE GOVERNO E RESPECTIVOS CARGOS. INADMISSIBILIDADE. VÍCIO DE INICIATIVA. 1 - Os Estados-membros, na elaboração de seu processo legislativo, não podem afastar-se do modelo federal ao qual devem sujeitar-se obrigatoriamente (CF, artigo 25, *caput*). Entre as matérias que não podem ser disciplinadas pelo poder constituinte estadual acham-se aquelas cuja iniciativa reservada são do Chefe do Poder Executivo (CF, artigos 61, parágrafo 1º, II, “a” e “e” e 84, I, VI, “a” e “b”, e inciso XXV). 2 - Não pode a Constituição do Estado limitar o número de Secretarias de Governo, dispor sobre os respectivos cargos, promover a fusão de unidades administrativas e a extinção de órgãos e funções gratificadas. Ação direta de inconstitucionalidade procedente. (STF, ADI Nº 102, REL. MIN. MAURÍCIO CORRÊA, JULGADA EM 08/08/02).

Assim sendo, com base no princípio da simetria constitucional, e considerando a EC/32 de 2001, é pertinente o presente projeto de emenda constitucional a fim de que seja suprimida a expressão “estruturação e atribuição” e acrescida a expressão “extinção” constante no inciso IV do artigo 66 da Constituição do Estado do Paraná, aumentando dessa forma o rol de competências do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

